

A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos¹

Maria Gabriela Hita²

Resumo

Este artigo apresenta algumas idéias desenvolvidas nos Estados Unidos sobre o campo de estudos da família com alguns paralelos para a realidade brasileira. Ele centra-se na análise e crítica da teoria sobre a família parsoniana do modelo nuclear democrático entendido como o estágio de desenvolvimento mais avançado de sociedades modernas, excluindo a possibilidade de uma boa compreensão de outros modos de organização familiar (como o de famílias extensas e matriarcais) que desde este prisma são vistos como patológicos ou desvio do padrão.

Palavras-chave: família, teoria parsoniana, modelo nuclear de família, modelos alternativos.

¹ Parte das reflexões deste trabalho surgiu no clima de dois cursos do doutorado na Unicamp, entre 1997 e 1998: Um foi sobre Parsons, Luhmann e Habermas, guiado por Gabriel Cohn e outro, sobre a produção de Strathern e Bourdieu abordando temas de parentalidade e relações de gênero, por Mariza Corrêa. O texto foi escrito originalmente em 1998 para o GT “Sociedade e Família”, no XXIII Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), e revisado em 2005 para esta publicação.

² Professora de Sociologia na UFBA. E-mail: mghita@ufba.br

Abstract

This article presents some ideas developed in the United States in the area of family studies with some parallels for Brazilian reality. It focuses the analysis and critique of Parson's theory of the nuclear and democratic model of family, conceived as the most advanced stage in the development of modern societies, excluding the possibility for a good comprehension of other models of familiar organizations (as that of extended and matriarchal families) seen as pathological or deviances from this point of view.

Key words: family, Parsonian theory, nuclear model of family, alternative models.

Estudos de Família nos EUA pré-Parsons

Muitos estudos sobre família nos Estados Unidos apontavam para mudanças fundamentais na sua estrutura e funcionamento. O reconhecimento destas transformações, entretanto, não impediu teóricos defensores da domesticidade da instituição afirmar sua estabilização, inclusive seu fortalecimento, à medida que esta evoluiu ou se transformou. Isto foi justificado pela vigente importância desta instituição na atenção de necessidades vitais, como as da socialização (defendida na teoria parsoniana) e a necessidade da relação a dois (em outras vertentes). Posturas como estas, que defendem a sua domesticidade, reafirmam a idéia da “família” encontrar-se longe do seu tão proclamado e denunciado desaparecimento ou crise.

Outros estudos centralizaram sua reflexão em torno do seu enfraquecimento e erosão pautados ora na crítica ora na percepção de mudanças nesta instituição, ou melhor, nos modelos hegemônicos nos que ela sempre se sustentou, i.e., o de família extensa patriarcal no passado e

mais recentemente o modelo democrático de família nuclear difundido por Parsons. Pressuposto implícito desta postura é pensar que o conceito “família” refere apenas a modelos hegemônicos, tratando transformações dos mesmos ou modos alternativos de se viver em família como rupturas, crises ou desvios do modelo padrão.

Debates sobre crises da família vêm de longa data, já tinham sido iniciados no século XIX e não, como muitos supõem, somente a partir de movimentos e transformações culturais dos anos 60s do século XX. Uma polêmica inicial foi aquele inconcluso e superado debate iniciado no século XIX sobre a origem e evolução da família, desenvolvida entre duas vertentes: a patriarcalistas (corrente da domesticidade) e teóricos do matriarcado (críticos à domesticidade). Se no início daquela controvérsia os matriarcalistas se apoiaram na suposição da precedência histórica de sociedades matriarcais, este argumento foi habilmente deslocado pela corrente contrária que passou a defender a universalidade do casamento monogâmico (e do tabu de incesto, combatendo as idéias da promiscuidade sexual de primeiros grupos humanos) como o intentaram as teorias de Westermarck por volta de 1891 e a antropologia dos anos 1920 (Lasch 1991; Vale de Almeida 1995). Teses patriarcalistas serão retomadas no modelo familiar nuclear (ou elementar) parsoniano dos anos 1950. No livro de Parsons et al. *Family, Socialization and Interaction Process* procura-se defender a tese da universalidade do modelo familiar elementar, mesmo em sociedades de descendência matrilinear³, universalidade do modelo que este artigo coloca em questão ainda que a partir de pressupostos bem distintos aos defendidos no passado. Uma reconstituição de certas argumentações realizadas por estudos do campo no passado, mesmo divergindo consideravelmente das defendidas por nós quando pensamos resgatar a noção de “matriarcalidade” (Hita 2004) com

³ Ver cap. VI, de Zelditch, em Parsons et al. (1956).

um outro e diverso significado, podem ser úteis para melhor distinguir o caminho por nós trilhado.

Se se examinasse a literatura etnográfica, argumenta Zelditch, verificar-se-ia que nos sistemas matrilineares descritos por Malinowski, Mead e outros, a autoridade do marido é subordinada à do irmão da mãe quando se considera um segundo sistema social (a família extensa ou a linhagem), entretanto, ao interior da família nuclear o marido atua como provedor e líder instrumental. O papel expressivo da mãe em todas as culturas conhecidas seria inquestionável para este autor⁴. (Parsons et al.

⁴ Nos anos 1990 me parece poder identificar uma atualização daquelas teses patriarcalistas na visão particularmente nova de visualizar a teoria de papéis sexuais e definição das relações de gênero na teoria de Marilyn Strathern em seus estudos sobre a Melanésia. Uma primeira aproximação a seus argumentos, entretanto, pareceriam opor-se à idéia de Zelditch sobre a inquestionabilidade do papel expressivo da mãe em todas as culturas quando Strathern aponta para uma diferenciação de conteúdos das performances masculinas e femininas em relação ao modelo ocidental, pela forma mais flexível e dinâmica de definir os comportamentos de gênero. Neste ponto, seu esquema parece estar operando com o modelo freudiano de formação da identidade incorporando a noção de bissexualidade, onde tanto as mulheres dispõem e operam com atributos tidos como masculinos como os homens com outros tidos como femininos. Poderia pensar-se, neste sentido, que a inquestionabilidade do papel expressivo da mulher é aqui derrubada. Entretanto, deduzo de alguns dos trabalhos de Strathern (1986, 1995) que ela continua a operar com uma lógica similar à da polarização dos papéis em instrumental (homem) x expressivo (mulher) ao explicitar as relações de desigualdade entre gêneros, com significados – ainda que em nível de conteúdo distintos, e com maior flexibilidade do que no modelo apresentado por Zelditch – correspondentes de alguma forma às noções de autonomia/subordinação; prioritário/subalterno da nossa concepção de dominação masculina/subordinação feminina que considero é implícita à noção de papéis sexuais complementares e distintos do modelo parsoniano de análise familiar. Em inúmeras passagens de *Gender of the Gift* e outros trabalhos recentes (1998), a meu ver, Strathern pareceria estar traçando a todo momento, e é o que ela justamente procura evitar, correlações muito próximas às do modelo ocidental mercantil e não tanto as correspondentes a sociedades baseadas na lógica da dádiva. Para avançar nesta argumentação é importante lembrar que um importante eixo da sua análise aponta para a centralidade que o campo da reprodução (biológica e das plantações) ocupa no mundo simbólico dos seus informantes, que ao contrario do que

1956).

Outra polêmica de peso na história da família foram teses desenvolvidas por Le Play e seus seguidores que, procurando refutar doutrinas evolucionistas e defensores da instabilidade familiar, preocuparam-se mais do que com a polêmica matriarcado x patriarcado, com o tema do gradual declínio da família extensa na Europa e sua transição para a família moderna simples. Dizia-se que a Revolução Industrial e urbanização haviam destruído a autoridade do pai e levado a mulher para a indústria, reduzindo a família a um lugar de reunião temporário para

sucede no mundo ocidental – onde quase automaticamente se associa reprodução ao mundo feminino e de alguma forma a este papel expressivo da teoria parsoniana –, na Melanésia, este é um campo hegemonicamente masculino. Na sua etnografia o feminino aparece como “réplica” do princípio fundante masculino, criador, onde o leite materno e os fluídos menstruais seriam derivados dos masculinos, e se no imaginário desta área geográfica, segundo suas informações, a participação do pai biológico da criança parece não ter um papel ativo na concepção (no ato sexual), este pai, entretanto, tem uma função central na nutrição e crescimento do feto. Tal argumentação caminha na mesma direção daquela de Beauvoir de que a feminilidade é algo a ser entendido como sendo uma forma derivada ou produzida pelo que é estabelecido como a forma dominante, isto é, a masculinidade (o feminino como uma segunda cara do masculino). Estes dados de sua etnografia, como ela mesma reconhece, apontam para a operação, neste contexto, de um tipo de apropriação masculina de atributos ou domínios tidos como expressivos (tipicamente femininos) no mundo ocidental, num ato de dupla expropriação da mulher. Disto se extrai que o problema da desigualdade entre gêneros não se resolve nestas culturas (antes disso, pareceria ver-se acirrada e agravada, como outros estudos tem tendido a afirmar, ao sugerir maiores graus de dominação masculina em sociedades primitivas do que em ocidentais desenvolvidas, onde esta seria mais sutil e camuflada). Para concluir com esta linha de argumentação, em *Necessidade de pais, necessidade de mães* (1995) Strathern rejeita, quase nos termos de Zelditch, de que o problema, inadequadamente tratado no passado como ausência ou ignorância do pai nestes povos de descendência matrilinear (parecendo estar contestando velhas teses de teóricos do matriarcado), mas bem deve ser entendido como o desaparecimento do pai em um nível (ato de concepção) para o seu reaparecimento simbólico em outro (ato de nutrição do feto). E reforça esta postura afirmando a existência não de um, mas de “dois” pais (o irmão da mãe e o do marido).

hospedar-se. Falava-se de que a elevação do nível de vida obrigara à postergação do casamento e ao estrito controle da natalidade. Importante debate sobre a precedência (ou não) da família extensa patriarcal à nuclear está na polêmica de Peter Laslett com Lutz Berkner. Os estudos de Laslett (1984) questionam a suposição sobre a transição de modelos de famílias grandes e extensas para outras menores e nucleares, já que para ele essa não teria sido uma regra do passado. Estudos ao respeito apontariam, diz esta vertente, resultados os mais variados, e se procura defender uma tendência antiga na Europa pré-transição demográfica à formação de famílias pequenas e de caráter nuclear questionando a hipótese da importância e representatividade de famílias extensas na Europa pré-transicional. Estudos como os de Berkner (1972, 1975), pelo contrário, relativizaram vários destes resultados ao apontar a necessidade de considerar aspectos referentes aos distintos estágios e processos pelos que passaram as famílias ao longo dos seus cursos de vida – passando por períodos extensos e outros nucleares. Igualmente, levantou a relação do tamanho das famílias com a variável da menor longevidade dos indivíduos no passado, os quais morrendo mais cedo, tendiam a deixar de fazer parte de arranjos extensos. Desta forma se questionaram as hipóteses que defendiam a importância dos arranjos nucleares em sociedades da Europa pré-transicional e o fato de tais comportamentos serem tomados como precursores de atitudes modernas mais individualizantes. Não que se negasse a tendência à formação de famílias cada vez menores, mas questiona-se a utilização, nestes modelos, de especulações construídas a partir de olhares do presente sem inferências adequadas ou comprovações empíricas suficientemente sólidas, criticando a tendência a rápidas simplificações de outros modelos explicativos distintos sem devida argumentação e demonstração. Ver ao respeito também Anderson (1984).

Os estudiosos do campo da família, interessados inicialmente em

sociedades primitivas voltaram-se de uma tentativa de reconstruir sua evolução social para o foco posterior de uma descrição e análise da sua organização social. Entre as abordagens da época destacou-se a proposta de Burgess que propunha tratar a família como uma unidade de personalidades em interação. Para ele, a urbanização e emancipação da mulher haviam destruído a família extensa. A passagem do modelo de família tradicional extensa para uma mais moderna e democrática (o modelo nuclear da família burguesa) pautava-se na mudança de valores patriarcais tradicionais para os de amor romântico baseado na escolha individual mútua. Assim o casamento moderno passa a depender de comunicação íntima, compreensão empática e respeito mútuo baseado em uma maior igualdade. À medida que as funções institucionais da família declinavam, as funções da personalidade (e o modelo de companheirismo) adquiriam maior importância. Pouco se falava da relação com os filhos e socialização, tema que será introduzido com maior força posteriormente, pela teoria parsoniana.

Com esta ênfase inicial na conjugalidade, a sociologia norte-americana da década de 30 elaborava uma interpretação da família contemporânea e sobre suas funções que respondia eficazmente àqueles que deplojavam sua decadência. De acordo com esta interpretação, que a entendia esta instituição como ‘unidade de personalidade e interação’ ela compensaria em seus serviços emocionais as demais funções que havia perdido⁵. Os estudos posteriores da era parsoniana não fizeram modificações importantes a esse respeito. Entretanto, acrescentaram aquilo que, de maneira evidente, faltava nos trabalhos de antecessores e seus contemporâneos: uma análise do papel da família na socialização. Ao fazer isso,

⁵ Depois da Primeira Guerra Mundial, predominou a análise funcionalista e não histórica e evolucionista da família. A proliferação de estudos empíricos contribuiu para a crescente impressão de que as relações entre família e casamento variavam muito de uma cultura a outra.

corrigiram o ponto fraco mais obvio dos primeiros estudos, que era sua preocupação e conseqüente identificação desta instituição, quase exclusiva, com a conjugalidade (Lasch 1991).

Aspectos gerais da teoria parsoniana

Progressivamente identificado com a sociologia americana, Talcott Parsons normalmente foi confundido e culpado de tudo o que foi e fez esta sociologia. Se seu esforço teórico deixou margem às críticas, seria, entretanto, ingênuo e injusto desconhecer a importância de tal autor pela enorme influencia que exerceu e continua a exercer no pensamento social atual, de forma mais explícita na sociologia (entre outras, a da família) e a política, mas também pelas interessantes atualizações da sua teoria em contemporâneos como Jürgen Habermas e Niklas Luhmann⁶.

Sua teoria destaca-se pelo notável esforço de edificar a sociologia sobre um modelo lógico, integrado e coerente, oferecendo um quadro conceptual largo e detalhado, de elevado nível de generalidade e abstração (ainda que nem sempre consistente, quando se pensa em algumas de suas mediações empíricas), o qual teria sido mais apropriado como um prelúdio à sociologia clássica do que como sua consumação. Por este esforço teve de pagar muito caro. Parsons obrigou-se a encontrar sempre e em toda parte o mesmo modelo analítico, i.e., as quatro mesmas fun-

⁶ Em seminário interno da Unicamp, quando a antropóloga Marilyn Strathern veio ao Brasil (1998), ela explicitou sua atual aproximação e empatia com a teoria sistêmica luhmaniana que atualiza de forma bastante dinâmica e brilhante a teoria parsoniana, superando muitos dos seus problemas e contradições e almejando o status de novo paradigma. Sobre a atualização de aspectos da teoria parsoniana em Habermas e Luhmann, ver Hita (1998).

ções (conhecidas como a sigla AGIL) ⁷, que como Bales demonstrara, eram as fundamentais ao sistema social do pequeno grupo, e que Parsons pensou que se deveria reencontrá-las em qualquer outro sistema de ação, qualquer fosse a sua natureza⁸. Para consegui-lo teve de recorrer a exercícios enormes de imaginação e entregar-se em particular a analogias por associação, o que o afastou do rigor lógico que ele sempre se impôs. Este procedimento obrigou-o muitas vezes a impor seu esquema às realidades concretas analisadas com o risco de dobrá-las às exigências do modelo que lhes aplicava, terminando por vezes não as explicando e em consequência, operando com um modelo analítico-conceptual vazio de conteúdo (Parsons et al. 1956; Rocher 1976; Gouldner 1979; Lasch 1991).

Há uma tendência a dividir a obra de Parsons em duas fases: uma primeira, mais voluntarista e denominada sua Teoria da Ação, encontrada na sua primeira versão de *The Structure of Social Action* por volta de 1937, e uma segunda, mais funcionalista, denominada de sistêmica, dos últimos anos em *Social System*. A crítica subjacente a esta divisão é a de abandono do voluntarismo na segunda fase para cair no funcionalismo. Esta crítica, entretanto, segundo alguns autores, mostrando que não parece ser suficientemente fundamentada. Em verdade, o voluntarismo parsoniano permaneceu presente na sua teoria sistêmica sob o nome de “consecução dos objetivos” (G) (Rocher 1976).

O funcionalismo de Parsons de sua teoria sistêmica da ação social,

⁷ A saber, em ordem crescente de importância segundo seu modelo de hierarquia cibernética: 1. Adaptação (A) correspondente ao sistema do organismo biológico; 2. Consecução de metas – *goals* – (G) correspondente ao Sistema da Personalidade; 3. Integração (I) referente ao Sistema Social; e 4) Latência (L) associada ao Sistema Cultural.

⁸ A objeção que Lasch levanta a este modelo de pequenos grupos parsoniano é que a família – e não o pequeno grupo – devia ser vista como unidade básica de análise mais simples e reduzida. Neste sentido, todo pequeno grupo deveria ser analisado como uma variação da família e não o inverso como se extrai do modelo parsoniano.

fundamentado nas noções de função e estrutura, desenvolveu três importantes dimensões que o caracterizam e distinguem de outros funcionalismos: o ser sistêmico (adotando o ponto de partida da totalidade e relação das suas partes opondo-se à perspectiva funcional atomística); o estar centrado na dinâmica da ação de sistemas⁹ (ao contrário do que se costuma afirmar, ele se preocupou com as relações entre a análise funcional e o estudo da mudança em sociologia¹⁰), e ser evolutivo. Aspecto este, o mais problemático e mal resolvido da sua teoria, que se apóia na

⁹ Efetivamente houve o tempo em que ele se identificou com a perspectiva estrutural-funcional, convencido que estava da sociologia não ter ainda o instrumental necessário para elaborar uma teoria autenticamente dinâmica. Influenciado posteriormente pela cibernética e teorias da informação e troca, outorga maior dinamismo ao seu modelo do sistema de ação e do sistema social, introduzindo as noções de sistema e de meios de troca, de entradas e saídas, de hierarquia de controles (informação) e condicionamentos (energia). Parsons então passou a considerar o funcionalismo-estrutural como um estágio do desenvolvimento da teoria nas ciências do homem e acredita que o modelo que desenvolveu desde 1953 o ultrapassara.

¹⁰ A mudança social em Parsons se apresenta sob duas formas bem distintas: como mudança de estrutura (modificações importantes na organização e funcionamento de um sistema social ou subsistema para fazê-lo passar de um tipo, ou categoria a outro/a) ou evolução em longo prazo (uma outra forma de mudança da estrutura). A mudança de estrutura constitui uma das respostas possíveis às tensões crescentes numa sociedade. Se as condições propícias à mudança não forem satisfeitas, a sociedade toma outros caminhos. As forças de controle podem, às vezes, conseguir dissolver as tensões por simples processo de equilíbrio, isto é, modificando suficientemente a ordem existente, para enfraquecer o impacto dos fatores de mudança sem transformar profundamente a sociedade. Ou ainda, os fatores de mudança podem ser negados e as forças de mudança contidas, com o risco de reaparecerem sob outras formas e, por vezes, com mais poder. Também é possível isolar as forças de mudança tornando-as inofensivas para o resto do sistema, segregando-as quando evitáveis. Enfim, quando as tensões são muito fortes, porém não conseguem estabelecer as mudanças esperadas, a sociedade pode acabar por desaparecer como entidade autônoma, desorganizar-se, fundir-se com outra ou deixar-se conquistar por outra. Esta é a forma como Parsons aborda a mudança social. Não lhe concede na sua teoria o lugar central desejado por muitos críticos. Seria, porém, uma injustiça dizer que ele não se preocupou com a mudança social ou mesmo que a negou (Rocher 1976).

idéia de progresso e na crença de ser a sociedade industrial a forma mais complexa e desenvolvida de sociedade.

É antes pelo seu evolucionismo latente que por seu funcionalismo que a sociologia de Parsons se vê limitada e provoca reservas, embora muitos dos seus críticos confundam um e outro aspecto. O funcionalismo parsoniano é, de fato, dinâmico por si mesmo, mas é contraditado por um evolucionismo que interpreta a sociedade industrial de modo estático: como o cimo atingido ao termo de uma difícil ascensão¹¹. Parsons não pode – ou não quer – imaginar que este tipo de sociedade possa ser substituído por outro, sem aí ver uma regressão a um estágio anterior de desenvolvimento. Não há dúvida que acredita que a sociedade industrial ainda pode ser aperfeiçoada em muitos pontos, mas sob a condição de se desenvolver na linha que é sua, e, não, transformando-se radicalmente (Parsons 1966).

A evolução é explicada no seu modelo a partir de duas grandes leis: uma lei geral da evolução que delineia seu princípio, i.e. a capacidade de adaptação generalizada¹² (inspirada na biologia) e a da hierarquia ciberné-

¹¹ Este problema parece ter sido superado na teoria de Niklas Luhmann, que atacando a idéia de Progresso na sua concepção de evolução e de etapas de desenvolvimento (típico do modo de pensar habermasiano) parece estar dando um grande salto teórico, ao menos no que respeita a este impasse (ver Izuquiza 1990).

¹² Um sistema, qualquer que seja sua natureza, sobrevive, desenvolve-se e progride na medida em que conserve uma capacidade sempre renovada de adaptação ao meio e a situações novas. Esta capacidade generalizada de adaptação se refere, por sua vez, aos dois grandes processos de toda mudança, diferenciação e integração. Uma sociedade progride na medida em que se diferencia cada vez mais, de modo a poder corresponder a todas suas necessidades da maneira mais completa e mais perfeita. Ao mesmo tempo, é porque se diferencia que deve criar novas modalidades de integração para coordenar os elementos novos e mais numerosos que a compõem. Uma diferenciação crescente, acompanhada de integração continuada, confere a uma sociedade a adaptação necessária para evoluir segundo suas necessidades e as exigências de seu meio. A evolução social parece, portanto, ser para Parsons, a afirmação progressiva da cultura na vida humana e

tica, que lhe indica a direção¹³. Mas todo esse processo de funcionamento de um sistema, sua evolução e eventual possibilidade de mudança estrutural está regido, segundo Parsons pelas leis da dinâmica do equilíbrio social, que descrevem o modo de funcionamento de qualquer sociedade sem que esta tenha de experimentar necessariamente mudança social.

Pela sua marcada preocupação com a questão da ordem e dinâmica do equilíbrio, Parsons foi facilmente identificado como um conservador social interessado na manutenção do status quo. Na sua concepção de ordem se afastou da perspectiva do utilitarismo clássico por acusá-lo ser uma explicação psicologizante redutora onde a ação humana parece ser motivada apenas pelos interesses individuais. Com esta objeção, Parsons apoiou-se especialmente em autores como Freud e Durkheim, para por em evidência o fato de que a ação humana obedece a regras, normas, a modelos que servem para estruturá-la e outorgar-lhe coerência, fazendo das perspectivas destes dois grandes clássicos, aparentemente contraditórias, uma síntese interessante e complementar. Segundo Parsons, Durkheim demonstrara que os sistemas de crenças desempenhavam um

social; está ligada ao progresso de um sistema cultural mais diferenciado e, ao mesmo tempo, mais estável cujo conteúdo se enriquece por ser ao mesmo tempo mais abundante e mais diversificado.

¹³ A Hierarquia cibernética em Parsons se compõe de dois movimentos em direções opostas em seu modelo dos quatro sistemas básicos e suas correspondentes funções (AGIL). Um ascendente, de A a L, que seria a energia ou fatores de condicionamentos impostos pelo meio físico-biológico, e o outro movimento é descendente, de L a A, de informação ou fatores de controles provenientes do universo sociocultural. Parsons foi, entretanto, criticado de fazer um uso por demais limitado de sua lei da hierarquia cibernética. Utiliza dela apenas a hierarquia de fatores de controle, deixando de lado os de condicionamento (veremos isto ao analisar sua incorporação da teoria freudiana). Considerada em sua totalidade e levando em conta o movimento tanto de alto a baixo como o contrário, a dita lei teria provavelmente fornecido a Parsons um modelo mais complexo, capaz de englobar maior número de elementos da realidade.

papel importante para a integração social (institucionalização) e Freud mostrara como a criança internalizava estes sistemas ao crescer (interiorização). Este é por certo, um dos teoremas centrais na obra de Parsons que apontam a dupla natureza dos modelos culturais que, ao mesmo tempo, estão nas consciências das pessoas e no universo simbólico da sociedade. Um sistema de ação pode ser entendido levando em consideração na organização das relações dois elementos básicos: o ator e sua situação. Neste sentido poderia dizer-se que os modelos se encontram simultaneamente no ator e na situação, porque também foram interiorizados pelos outros atores e estão institucionalizados na cultura e nas estruturas sociais (Parsons et al. 1956; Rocher 1976; Lasch 1991).

A importância deste apartado para nosso trabalho, destacando principalmente o aspecto evolutivo do seu funcionalismo, reside em que consideramos ser este o marco propriamente desde onde ele realiza sua análise da família, tomando o modelo nuclear norte-americano como o modelo padrão universal, mais avançado de sociedades industriais modernas. O modelo de família nuclear descrito por Parsons teria se desenvolvido em sociedades avançadas a partir do processo de urbanização e industrialização. Seu esquema, referenciado na experiência da classe média urbana dos EUA dos anos 50, foi defendido como o modelo mais amadurecido de família para o qual outros modelos tidos como menos desenvolvidos tenderiam a caminhar, como se a diversidade de modelos familiares apresentados ao longo da história e de distintas culturas pudessem ser classificados como sendo moralmente inferiores, culturalmente menos civilizados e menos sadios.

Parsons, Freud e suas concepções de personalidade

Na sua teoria geral da ação, chegou a atribuir um lugar importante ao subsistema da personalidade e seus respectivos relacionamentos com os outros três: o organismo, o social e o cultural. Desta ênfase resultou sua concepção específica sobre a personalidade e a socialização, para a qual desenvolveu uma análise psicológica da ação social. Em sua teoria da personalidade e socialização, Parsons distingue quatro fases na gênese e desenvolvimento da personalidade: 1. dependência oral (identificação com a mãe); 2. sentimento amoroso (diferenciação entre os pais e o eu); 3. crise de Édipo/ latência (sistema de quatro papéis familiares); e 4. maturidade. A terceira fase é aquela à que ele deu maior importância e desenvolve melhor, cujo ponto de transição é a crise de Édipo ré-interpretada em termos de papéis sociais no quadro da estrutura familiar¹⁴. Neste processo de socialização crescente, que consiste na crescente individuação da criança e independência do referencial dos pais, está implícita a presença da individualidade e autonomia (tão caras à cultura norte-americana) como valores centrais, metas a atingir. Influenciado pela teoria freudiana, que só conheceu depois de escrita sua grande primeira obra (*The Structure of Social Action*), Parsons é, entretanto, pouco freudiano, segundo Lasch, porque o que procura, antes de tudo, é estender o modelo teórico geral já elaborado por ele para o sistema da ação à análise da personalidade. Não é como psicólogo ou sociólogo que aborda o problema da personalidade, mas como teórico da ação.

¹⁴ A divisão de papéis na família, de acordo com esta análise, serve para facilitar o desenvolvimento da criança: o pai desempenha um papel importante ao libertar a criança da excessiva dependência com relação à mãe. Do ponto de vista parsoniano, o complexo de Édipo freudiano simplesmente descreve o mecanismo psicológico pelo qual se realiza este feito.

Na personalidade descrita por Freud, “os instintos”, “os impulsos” e “a libido” desempenham um papel central. A partir deles é que a personalidade se organiza de maneira a canalizá-los, inibi-los, sufocá-los, a servir-se ou defender-se deles. Esse material, tão crucial para o entendimento da teoria psicanalítica do sexo, é submetido por Parsons a um expurgo que, além de dar ao sexo um caráter passivo, identifica-o exclusivamente ao papel expressivo – e não, como em Freud, à necessidade que a criança tem de dominar o seu meio ambiente (Lasch 1991).

Na teoria parsoniana a personalidade é esvaziada de instintos. Estes são postos de lado para proveito da interiorização dos valores culturais e das normas sociais. Sem dúvida a noção de disposição (*need-dispositions*) compreende as necessidades do sistema ao mesmo tempo em que as disposições. Mas Parsons insiste em dizer que são apreendidas e não inatas e, por isto, nada têm em comum com os instintos. Para evitar certo ‘reducionismo biológico’ da que foi acusada a teoria dos instintos, Parsons pretende apresentar uma imagem fortemente socializada da personalidade, perdendo o que era essencial naquela teoria: o irreconciliável antagonismo entre cultura e instinto¹⁵, idéia sem a qual resulta impossível entender como a família intervém entre ambos.

Procurando aperfeiçoar a psicanálise dando-lhe uma dimensão cul-

¹⁵ Uma crítica profunda que Lasch ergue contra a sociologia parsoniana – e às ciências sociais em geral – é a de que essa socialização total do instinto, pressuposto em que se baseia boa parte das ciências sociais, é uma ilusão. Confundindo a socialização com o aprendizado consciente e a aquisição de hábitos, as ciências sociais perderam de vista a resistência biológica à socialização e o conflito íntimo a que ela conduz. E é este conflito que é central à visão de Freud, pois em termos psicanalíticos, dizer que uma norma foi internalizada ou introjetada, tornando-se parte do superego, é dizer apenas que uma pessoa sofrerá de sentimento de culpa se não conseguir viver de acordo com ela, e não que a pessoa vai de fato se comportar de acordo com a norma.

tural¹⁶, ele a transforma na teoria das relações sociais de socialização. Para Parsons, a criança progride daquilo que chama sistema de solidariedade centrado na mãe para um sistema centrado na família (pelo complexo de Édipo), superando a dependência, esperada culturalmente, da mãe, o que denomina como o primeiro estágio de integração à sociedade. Parsons confunde identificação com imitação consciente. Sua análise da socialização pode ser resumida na proposição de que as meninas aprendem a se tornar mulheres imitando suas mães e os meninos homens imitando seus pais. Para ele os homens têm mais dificuldade em crescer porque se identificam primeiro com a mãe, tendo posteriormente que aprender a renunciar a seu papel, o que será alcançado através de um período de “masculinidade compulsiva” ou “insubordinação rotineira”¹⁷.

¹⁶ Freud tinha identificado e analisado três subsistemas da personalidade: o id, ego e o superego. Parsons procura adaptar este esquema e complementá-lo para adequá-lo ao seu modelo de quatro funções. Considera que é pelo id que a personalidade está em relação com o organismo (com função próxima à adaptação – A). O ego mobiliza e dirige recursos da personalidade em relação consigo mesma e com o meio (função de consecução de objetivos – G). O superego faz as funções de coordenação do id e ego pelo conjunto de papéis sociais interiorizados e das sanções que comporta (corrigindo e complementando esquema freudiano atribuindo-lhe a função integrativa – I) e propõe ainda o subsistema da latência ou identidade, mediante a qual a personalidade entra em relação com o universo cultural dos valores, ideologias e símbolos (L) (Rocher 1976).

¹⁷ Voltaremos a este ponto da masculinidade compulsiva em Parsons no final do texto, que diferiria significativamente em uma interpretação freudiana do Édipo. Freud via as coisas de modo totalmente oposto ao apresentado por Parsons. De acordo com sua análise, ambos os sexos identificam-se primeiro ao pai, e esta identificação difere da imitação consciente no sentido de que o ego não procura simplesmente desempenhar um papel paterno aprendido, mas ser idêntico ao pai em todos os sentidos – tomar seu lugar, especialmente no leito nupcial. As crianças de ambos os sexos rapidamente aprendem que este desejo não pode ser gratificado, mas é mais fácil aos meninos, que apenas o postergam e transferem a outra mulher no futuro. As mulheres devem renunciar não apenas à mãe enquanto objeto, mas também à identificação com o pai – processo este mais complicado, no entender de Freud, porque o lado ativo da sexualidade feminina deve ser reprimido em favor do lado passivo.

Em seu esforço revisionista da teoria freudiana, a teoria parsoniana da identificação censura idéias que são essenciais àquela, tais como a sexualidade infantil, a existência de pensamentos inconscientes e o complexo de Édipo. Destas distorções, e das propostas de Parsons sobre a socialização se desprende a conclusão de que o melhor que os pais norte-americanos podem fazer por seus filhos é garantir-lhes uma segurança emocional sem cobranças nos primeiros anos de vida, e, depois, dar-lhes um alto grau de liberdade – aquela liberdade individual que desconcerta muitos estrangeiros como uma “incrível margem de ação”. Esta “permissividade”, erroneamente interpretada, segundo Parsons, como “abdicção à responsabilidade paterna”, tem por objetivo facilitar o rompimento da criança com a família, treinando-a para o empreendimento.

Em outras palavras, os pais fazem o melhor pelos filhos quando procuram conscientemente reduzir a intensidade emocional da vida familiar. Na resolução parsoniana a este problema da individuação se argumenta que a própria dependência infantil inicial forneceria as bases para a autonomia posterior. Esta forma de solucionar o problema, entretanto, evidenciou ser deficiente alguns anos depois, ao ver-se esta teoria surpreendida pelos eventos das revoltas juvenis dos anos 1960 e 1970, que dificilmente poderiam ser interpretadas como elementos favoráveis da transição da infância para a maturidade. Seu modelo não explicava por que a autonomia individual da geração que fora criança nos anos 50 parecia mais do que nunca difícil de ser alcançada ou mantida¹⁸.

¹⁸ Parsons defendeu com veemência considerável a sua visão de família quando a viu contestada por outros sociólogos que argumentavam o seu enfraquecimento frente ao crescente poder de socialização dos grupos de pares entre os adolescentes. Em um ensaio sobre a juventude na América do Norte afirmava que os valores de gerações mais velhas estavam intactos e compartilhados pela geração mais nova. Ele argumentava que a cultura jovem facilitava e complementava a transição da família para a plena participação nos papéis adultos (e não que funcionasse propriamente como disruptora segundo afirmações de outros teóricos e eventos de revoltas juvenis).

Com este encaminhamento de defender a redução da intensidade emocional Parsons privou-se na verdade do melhor argumento em favor da indispensabilidade da família, qual seja o de que as crianças (e relações do casal) se desenvolveriam melhor justamente sob aquelas condições de intenso envolvimento emocional que ele julgava prudente evitar.

Teoria da socialização e papéis sexuais na família nuclear parsoniana

A família em Parsons é um subsistema do social que se articula com a personalidade de forma bastante intrínseca, e atua no seu desenvolvimento mediante a socialização, a partir de uma estrutura simples que aos poucos se torna mais complexa. Parsons fala de duas funções básicas na família: socialização dos filhos e estabilização das personalidades no caso dos adultos. Considera o processo de socialização primária (pais a filhos) como um processo de internalização da cultura a partir do qual a criança pode tornar-se membro da sociedade em que nasceu. A segunda função se associa ao tema do crescente isolamento da família nuclear dos grupos de origens do casal (i.e., priorização de laços conjugais por afinidade e consangüíneos descendentes aos consangüíneos verticais ascendentes) e à distribuição de papéis diferenciados e complementares dos pais. Para a realização destas duas funções, Talcott Parsons elabora um modelo baseado em papéis sexuais, que são mecanismos através dos quais as pessoas são integradas em sistemas. O papel é um modelo pré-definido que permite ao indivíduo reagir desempenhando funções institucionalizadas, e antecipadas pelo seu meio social. A integração da personalidade no sistema social é realizada pela família que opera e interage mediada

pelos papéis¹⁹.

A divisão, meio estática e rígida no seu modelo, dos papéis sexuais em instrumental (homem, provedor) e expressivo (mulher, sustento emocional) se originou das observações que Bales e Slaters fizeram em “pequenos grupos” experimentais para resolução de problemas ocupacionais, onde nunca se atribuía a liderança intelectual e a emocional à mesma pessoa. Se a conclusão derivada da análise dos pequenos grupos era correta – ou seja, se todo pequeno grupo precisava atribuir funções expressivas e instrumentais a líderes diferentes –, então se podia esperar que a família nuclear, a célula básica da sociedade, o menor dos grupos sociais que os parsonianos conheciam, devia, pois, e por princípio, conter ao seu interior, papéis diferenciados e complementares. Segundo Zelitch, qualquer sistema em que faltassem esses papéis diferenciados “estaria sob grande tensão”. Concluía-se que a divisão sexual do trabalho no interior da família, que distinguia tão claramente entre papéis expressivos e instrumentais, não se originava da biologia, nem mesmo de necessidades culturais ou exigências próprias à família, mas da dinâmica intrínseca aos pequenos grupos em geral.

Entretanto, ao atribuírem arbitrariamente ao homem adulto a atuação como líder instrumental e à mulher a atuação como administradora de tensões e terapeuta-chefe, e ao não conseguirem diferenciar e descolar o sexo do gênero, os parsonianos terminaram essencializando de certa forma relações que em princípio não eram concebidas como tais neste

¹⁹ Parsons define basicamente quatro papéis ao interior da família, construídos a partir de dois eixos de diferenciação: um eixo de poder, que define papéis diferentes das gerações (pais e filhos) e outro denominado “instrumental-expressivo” que demarca a diferença entre os sexos. A determinação biológica somente influiria no eixo geracional, mas não propriamente no sexual, o qual, diferente do que se suporia pelo tipo de raciocínio desenvolvido por Parsons sobre as relações de gênero, seria fruto de uma construção social e não biológica (Almeida 1997).

modelo²⁰. Para que a socialização ao interior da família fosse estável, nesta visão, era necessária esta coalizão entre os papéis diferenciados de pai e mãe, e todo modelo distinto a este tido como padrão ideal, seria entendido como um desvio, uma patologia a abolir.

Desta forma, o seu modelo de “família nuclear isolada” viu-se preso em certa rigidez e conservadorismo ao não levar suficientemente em conta transformações profundas que a família americana de sua época já estava vivenciando, e as conseqüências que elas acarretaram, ou corriam o risco de acarretar, no processo de socialização (ainda que demonstrasse ter conhecimento da sua existência). Por exemplo, não se pode deixar de estranhar que o processo de socialização descrito por Parsons fosse sempre em sentido único, onde o adulto é quem socializa a criança²¹. Igualmente, fenômenos como a maior incorporação da mão de obra feminina no mercado de trabalho e o crescimento das taxas de divórcio e separação não entraram dinamicamente no seu modelo familiar. E em conseqüência, tampouco pensou que poderiam vir a provocar novas redefinições de papéis ao interior da organização doméstica como alguns autores vêm sugerindo estar acontecendo²². Parsons na realidade credi-

²⁰ Se esta atribuição parecia ter-se erguido sob bases empíricas justificáveis ao olhar acadêmico na década de 50, hoje, nos anos 90 ela se vê fortemente contestada nas recentes perspectivas de estudos de gênero, masculinidades e questionamentos aos modelos de sexualidade heterossexual como hegemônicos. Sobre estas mudanças de perspectivas e transformações nas relações de gênero intra ou extra familiarmente ver os trabalhos de Butler (1990), Haraway (1991), Giddens (1992), Friedman (1995), Vale de Almeida (1995) entre outros.

²¹ Pesquisas apontam, entretanto, que nos períodos de transformação rápida ou em casos de imigrantes, os adolescentes e jovens podem se tornar os principais agentes de socialização de seus pais (fenômeno particularmente notável numa sociedade como a dos Estados Unidos, e ao qual, Parsons não parece ter dado nenhuma atenção) (Lasch 1991).

²² Para Parsons estas mudanças modificam, sim, o lugar da instituição na sociedade, fazendo-a perder algumas de suas funções, especializar-se, evoluir, e adaptar-se ao desenvolvimento de sociedades industriais modernas; e desta forma, fortale-

tava que tais modificações não afetariam essencialmente, a divisão sexual entre homem e mulher ao interior da família (e neste sentido, tampouco para algumas perspectivas mais resistentes a reconhecer mudanças significativas na condição da mulher em geral, para as quais as profecias parsonianas continuariam vigentes) ao afirmar:

It is our suggestion that the recent change in the American family itself and in its relation to the rest of the society which we have taken as our point of departure is far from implying an erasure of the differentiation of sex roles; in many respects it reinforces and clarifies it. In the first place, the articulation between family and occupational system in our society focuses the instrumental responsibility for a family very sharply on its one adult male member, and prevents its diffusion through the ramifications of an extended kinship system. Secondly, the isolation of the nuclear family in a complementary way focuses the responsibility of the mother role more sharply on the adult woman, to a relatively high degree cutting her off from the help of adult sisters or other kinswomen; furthermore, the fact of the absence of the husband-father from the home premises so much of the time means that she has to take the primary responsibility for the children. This responsibility is partly mitigated by reduction in the number of children and by aids to household management, but by no means to the point of emancipating the mother from it. Along with this goes, from the child's point of view, a probable intensification of the emotional significance of his parents as individuals, particularly and in the early stages, his mother, which, there is reason to believe, is important for our

cendo-se, mas não propriamente destruindo a instituição. Sobre mudanças na organização doméstica e relações de gênero destacando a centralidade das mudanças na posição da mulher na sociedade ver Badinter (1986), Giddens (1992), Jelin (1994), Salém (1989), Vaitsman (1994), entre outros.

type of socialization. (Parsons et al. 1956:23)

Nos anos 1970, entre os novos defensores da domesticidade e pretensos críticos ao paradigma parsoniano, encontramos duas posições básicas e distintas. Enquanto muitos especialistas procuraram resgatar a domesticidade fazendo reviver a família extensa (entre outros, falava-se dos modelos comunitários de kibutz e hippies) outros propuseram a solução inversa: uma redução ainda mais acentuada da família, retomaram-se perspectivas centradas no casamento e menos na socialização, como em período pré-parsoniano, argumentando-se que casamentos sem filhos têm mais chances de ser bem sucedidos. Defensores do ‘casamento aberto’, do ‘divorcio criativo’ e outras panacéias, ressuscitaram o argumento de que o casamento pode sobreviver até mesmo à transferência, para o Estado, das funções atinentes à criação dos filhos – simplesmente porque ele satisfaz à necessidade psicológica de “relações a dois”²³. Neste sentido o revisionismo socio-antropológico das últimas décadas vem se concentrando sobre três questões básicas, com as quais se tem procurado contestar o modelo nuclear isolado tido como hegemônico, a saber: a) a ré-descoberta da família extensa; b) o renascimento do amor romântico (que fora fortemente estigmatizado por patologistas sociais); e c) um ataque liberal à família nuclear, considerada a fonte de grande parte das patologias da sociedade contemporânea, propondo a supressão da socialização e maior flexibilidade nas relações de conjugalidade (Lasch 1991).

²³ Nesta direção, em anos mais recentes vêm-se falando de modelos de conjugalidade mais abertos, independentemente da opção sexual, inclusive com certo retorno à questão da socialização na reivindicação do direito a adoção entre casais não heterossexuais. Algo sobre as mudanças nas relações de intimidade entre casais homossexuais e lésbicos ver em Giddens (1992) e Heilborn (1992).

Fraquezas e potencialidades de modelos hegemônicos: Repensando a família em estratos pobres brasileiros

Neste tópico busco aprofundar apenas uma parte das críticas acima esboçadas à teoria parsoniana da família (a redescoberta da família extensa) desde um contexto sócio-cultural bem distinto ao do seu modelo nuclear tido como hegemônico e como a estrutura mais elementar de sociedades modernas. Penso desde um outro modelo familiar que se contrapõe àquele e que é identificado pela literatura como o matrifocal²⁴. A família extensa vem sendo redescoberta e melhor enxergada pelo olhar mais atento da antropologia, história, demografia e sociologia atuais que questionaram pressupostos nos que tradicionalmente se baseou este campo de estudos. Mas não se trata da emergência de um modelo do passado, senão de um novo fenômeno de sociedades contemporâneas, resultante da pobreza e desigualdades sociais extremas de nossos países de terceiro mundo, e que no caso da Bahia é também herdeiro de uma formação econômica pré-capitalista baseada na mão de obra escrava e negra. Se a vida em família extensa parece ter se tornado um imperativo para populações excluídas de políticas habitacionais que dependem uns dos outros para sua sobrevivência indo muitas vezes viver toda uma extensa parentela junta numa mesma e pequena casa (não passando em muitos casos de um pequeno barraco sem divisões internas), por outro lado muitos estudos sobre família negra nos EUA, Caribe e Bahia nos levam a pensar ser o modelo de família extensa (e matriarcal em particular) um tipo de organização familiar bastante comum em comunidades

²⁴ Em tese de doutorado defendida em 2004 descrevi esse modelo exaustivamente e o denominei de matriarcal, diferenciando-o da idéia de matrifocalidade, que julgo ser muito mais abrangente.

de afro-descendentes, indicando a importância do fator étnico para sua melhor compreensão.

Na primeira parte, e dialogando com o marco apresentado antes se sintetizam algumas posturas da produção socio-antropológica brasileira em seu complexo e mesclado processo de incorporação, adaptação e distanciamento de algumas idéias vindas de fora do país na busca de definições de identidade nacional e outras derivadas como as de família de classe trabalhadora urbana. Na segunda parte abordarei algumas idéias que têm sido levantadas sobre uma manifestação específica de famílias extensas encontradas em comunidades negras, denominada pela literatura dos anos 50 de “matriarcado negro” e mais recentemente de arranjos matrifocais.

a) Famílias extensas e modelo de família popular brasileiro

Atacando a idéia de isolamento da família nuclear defendido no modelo parsoniano²⁵, diversos estudos vêm mostrando que o papel do

²⁵ Por um lado, Parsons argumentava que o “isolamento” da família nuclear com relação a outras unidades de parentesco, juntamente com a perda de muitas de suas funções, teriam possibilitado que ela se tornasse mais eficaz enquanto agência de “manutenção de padrões” e de “administração de conflitos”. A especialização de funções sempre aumenta a eficiência, segundo Parsons. A “transferência de funções”, ou, na terminologia parsoniana, o processo de diferenciação estrutural e funcional, alivia a família das funções educativas, econômicas e protetoras para que ela se especialize na criação dos filhos e no conforto emocional. A família nuclear tornava-se um abrigo para os sentimentos intensos em um mundo onde a competição rege as demais relações. Mas estas idéias parsonianas sobre a família, segundo Lasch, baseiam-se em uma premissa não comprovada, adotada por Parsons acriticamente de seus predecessores: o pressuposto de que algumas das funções da família podem ser abandonadas sem que as outras se enfraqueçam. As assim chamadas funções da família formariam um sistema integrado. Neste sentido não seria exato falar em uma variedade de funções, algumas das quais declinam enquanto outras assumem maior importância sem

parentesco em varias sociedades, era mais importante do que se pensava, especialmente em bairros operários. Estes estudos apontam que muitas famílias operárias vivem (nem sempre contentes²⁶) muito próximas de sua parentela; particularmente que as filhas tendem a viver perto de suas mães (Bott 1976, Segalen 1981). Esta realidade parece ser muito semelhante às das classes trabalhadoras urbanas do Nordeste e Sul brasileiro. Um estudo representativo de bairro popular urbano em Salvador mostrou que 51,6% dos domicílios eram compostos por arranjos familiares extensos²⁷; 34,8% por arranjo nuclear puro, e 14,6% por arranjo

afetação mútua. A única função importante para Parsons é a socialização, e quando a proteção, o trabalho e a instrução para o trabalho foram removidos do lar, a criança já não poderia identificar-se com seus pais nem internalizar sua autoridade da mesma forma que antes. O pai em Parsons aparece apenas como disciplinador e provedor. E ele, inadvertidamente, forneceu a pista que ajudou a esclarecer o significado dessas mudanças. Ao ver a base da família moderna nos “serviços” que os pais prestam aos filhos, explica-se, pelos eventos recentes, a drástica redução da capacidade (material e emocional associado a elevação de divórcios e queda da qualidade de vida) dos pais de prestarem tais serviços. Por tudo isso, ela já não poderia desempenhar as funções que a teoria sociológica lhe atribuíra outrora (Lasch 1991).

²⁶ Ainda que muitos dos indivíduos que pertencem a este tipo de arranjos familiares aspirem construir ou aproximar-se dos modelos valorizados socialmente, isto de fato varia de pessoa a pessoa e a depender da conjuntura vital que esteja vivenciando cada um. Nesta direção caminha a perspectiva antropológica da análise situacional defendida por Van Velsen (1967), que indica não haver um único modo ou forma monolítica e homogênea de manipulação e lide com os valores, isto muda de pessoa a pessoa de acordo a suas experiências e trajetórias individuais de vida, dos seus processos vitais. Isto poderia ser lido como a existência de certo campo de escolha ou liberdade individual, entre pessoas de um mesmo contexto social, na construção das suas próprias trajetórias vitais. Elas podem adotar acriticamente, reconstruir e adaptar ou mesmo se afastar totalmente de um modelo de representações dominantes, ainda que sempre negociando e lidando com o campo estrutural das restrições e estrangimentos próprios da realidade social ou de modelos ‘padrão’ em cada contexto.

²⁷ Foram denominados arranjos extensos aqueles que extrapolam o modelo nuclear puro (mãe, pai e filhos estritamente do casal) incluindo outros membros (paren-

nuclear incompleto, geralmente a mãe com seus filhos²⁸. Nesta mesma direção parecem apontar pesquisas de Claudia Fonseca (1995) em Porto Alegre, ao afirmar a hipótese de que em bairros periféricos a unidade de organização social é a família extensa, que esta família prioriza laços consanguíneos aos conjugais e que a circulação de crianças faz parte da dinâmica familiar destes grupos.

Pelo já posto, pergunto-me como poderíamos descrever ou entender o modelo familiar de pobres urbanos no Brasil contemporâneo (se é que se pode falar em apenas um ou hegemônico)? Esta pergunta aumentaria a complexidade da resposta se introduzirmos uma nova distinção à já mencionada de classe, aquela das tensões não resolvidas entre os distintos níveis de análise de representações por um lado (e onde tendeu a se afirmar em geral sobre a predominância de um modelo nuclear hierárquico no lugar do supostamente “democrático” descrito por Parsons para pobres de classe trabalhadora urbana e brasileira²⁹), e de outro,

tes ou não), como avós, filhos de outras uniões, sobrinhos, filhos casados e sua prole, etc.

²⁸ Uma análise detalhada e mais completa destes resultados em Hita (1997).

²⁹ Observe-se, entretanto, que em nível de funções e distribuição de papéis sociais, o tal modelo democrático parsoniano não parece diferir em praticamente nada do descrito como hierárquico para o caso brasileiro popular. O que estaria divergindo, a meu ver, é a postura mais individualizante da sociedade norte-americana e a forma de vivenciá-lo pelos norte-americanos. Mas o modelo, em si mesmo, a forma de descrever a divisão meio fixa e imutável entre papéis expressivo e instrumental correspondendo a mulheres e homens respectivamente, pareceria ser o mesmo utilizado em descrições da família de classe trabalhadora urbana brasileira, obviamente que com formas de vivenciá-lo e significá-lo desde uma matriz menos individualizante que aquela. Há quem defenda na divisão de papéis sexuais parsonianos em instrumental (homem) x expressivo (mulher) uma visão democrática, argumentando-se que a diferença e complementaridade de papéis não significariam, necessariamente, papéis de diferente valor. Hipótese interessante em teoria, mas um pouco perigosa, que pode terminar caindo em uma postura essencializante sobre diferenças de gênero e ser reificadora da divisão social do trabalho dentro da família tão combatida pelas feministas. Sobre este

entre o confronto das representações com as práticas sociais (onde este modelo nuclear aparece no campo das práticas como não tão representativo estatisticamente falando em certas áreas de pesquisa do país). E se ainda assim se insistisse no intento de falar em algum tipo de modelo a partir de uma matriz combinatória de ambos os níveis de análise, como é que esse modelo poderia ser explicado? Se o entenderia como sendo uma sobrevivência arcaica de modelos tradicionais extensos? Um reflexo diluído, alterado, adaptado do modelo nuclear hegemônico no presente? Algo bem distinto de ambas alternativas? Um tipo de contra (ou sub)-cultura, com uma lógica interna própria e algo alternativo aos modelos por nós conhecidos ou divulgados como hegemônicos no passado e no presente?³⁰

Nesta direção das questões há uma boa quantidade de trabalhos produzidos na antropologia e história brasileira, que de formas mais ou menos consensuais, com variações e distintas ênfases e matizes, apontam na direção de supor a existência de um tipo de identidade própria em distintos níveis de análise: nacional, de classes, família de classe trabalhadora, etc. que se distingue e é 'relativamente' autônoma dos modelos

tema de posturas essencializantes x universalizantes e dicotomias como a de cultura x natureza na teoria feminista das últimas décadas ver também Hita (1997b, 1998).

³⁰ O modelo de família extensa de grupos populares brasileiros contemporâneos (com suas diversas modalidades, entre elas a matriarcal) não é uma sobrevivência arcaica do modelo patriarcal extenso da colônia, muito menos se pode buscar antecedentes em superadas teorias matriarcais, como as dos seguidores de Morgan e Bachofen que afirmaram a existência de diversas formas de famílias e casamentos precedentes às de formações de uma era patriarcal na qual as mulheres dominavam. Tampouco podemos cair na tendência de muitos de naturalizar a dominação masculina da era patriarcal, a qual surgiu em fase avançada da história da humanidade, pelo que não se a pode considerar sagrada ou de caráter universal. O fenômeno do ressurgimento da família extensa é, ante tudo, um fenômeno contemporâneo, atual e precisa ser compreendido na sua especificidade e manifestação histórica particular de cada contexto.

socialmente legitimados (por vezes até elaborados a partir da perspectiva de grupos dominantes de outras realidades sociais). Se a lógica analisada nos apartados anteriores, e em especial para as classes médias da sociedade norte-americana, pareceria ser o do processo de crescente individualização e aquisição de autonomia nas relações interpessoais e familiares naquele contexto; em sociedades como a nossa, e especialmente entre grupos de classe trabalhadora, se destacariam elementos de uma leitura não individualista da cultura, isto é com ênfase em um tipo de identidade ou totalidade superior às das unidades individuais, caracterizada pelo prisma da teoria hierárquica de Louis Dumont, e ordenada sobre valores relacionais diferenciadores resultantes de um sistema moral de reciprocidade – constituído pelas obrigações de dar, receber e retribuir – e complementaridade³¹ (Duarte 1984, 1986; Da Matta 1979, 1990).

Numa variação a esta idéia matricial, alguns estudos sobre família brasileira (especialmente a popular), explorando mais o campo das representações, descrevem a forma de implantação e adaptação diferenciada de modelos hegemônicos analisados em literatura euro-americana na realidade agro-exportadora brasileira do passado ou de capitalismo dependente do presente. No intento de identificar uma auto-imagem da classe trabalhadora no Brasil, tem sido ressaltada a articulação da ordem capitalista à escravocrata do trabalho (e patriarcal da família), e tal imbricação tem sido reiteradamente ressaltada como marca da formação histórica da sociedade brasileira desde Freire, Buarque de Holanda, Antônio Cândido etc. aos escritores contemporâneos, resultando disto, para a atualidade, um tipo de modelo híbrido entre o hierárquico extenso do passado e o

³¹ Nesta direção se poderia falar em uma formação da identidade nacional, da classe trabalhadora e de cada indivíduo em particular, ao operar com este princípio hierárquico. Ele permite mediante o estabelecimento de contrastes com uns e analogias com outros (materiais ou morais), hierarquizar iguais e igualar diferentes, processo operacional da constituição identitária de grupos ou pessoas (Da Matta 1978).

nuclear democrático do presente. Outros estudos, mais preocupados com o campo das práticas, têm-se preocupado em identificar e demonstrar variações empíricas de formas de organização familiar presentes na realidade brasileira tanto no passado como no presente (Corrêa 1982, 1990; Fonseca 1995; Mesquita Samara 1987; Sarti 1996a, 1996b; Woortmann 1984, 1987, 1990; Zaluar 1982, 1985).

Pergunto-me, porém, em que medida podemos falar de que aquilo identificado como sendo uma especificidade e forma de ser própria da nossa cultura e história social, não passou de mais uma readaptação e releitura de matrizes teóricas e processos histórico-culturais de outras regiões do mundo ocidental aplicadas e readaptadas a nossa realidade? Ou, até que ponto boa parte da literatura mais recente não terminou adotando como único e hegemônico um novo modelo identitário para famílias de classe trabalhadoras antes de avaliar a sua extensão e aplicabilidade na larga faixa territorial brasileira marcada por tantas diferenças e especificidades contextuais? Como dar conta da vida e organização familiar de grupos excluídos dessa definição como são os escravos, livres e libertos na época da colônia ou seus descendentes em fase contemporânea e que, ao parecer, tem desenvolvido formas próprias de organização familiar distintas às defendidas como hegemônicas?

b) Algumas teorias sobre matriarcado negro

Uma outra crítica ao modelo nuclear parsoniano, associada de alguma forma à questão anterior, tem sido aquela que procura defender uma cultura própria em comunidades populares e mais especificamente em comunidades negras, me refiro ao fenômeno denominado de “o matriarcado negro” (entre anos 1940 e 1960) por Lasch, modelo que reaparece em estudos do Caribe e pesquisas realizadas sobre a Bahia, mas

que só será analisado desde novos pressupostos depois da década de 70.

Nos EUA dos anos 1950, este tema veio à tona após publicação do *Relatório Moynihan* em 1956, que foi acusado de desviar o problema do racismo e da pobreza para a falsa questão, segundo Lasch, da família matriarcal³², dando lugar a debates acalorados. Este relatório sofreu fortes críticas, de um lado a posição baseada em determinismo econômico, negava qualquer importância à família, reduzindo o gueto à pura opressão econômica³³ que, com seu realismo esclarecido com relação à base econômica da cultura, fechava os olhos ao próprio desespero que pretendia revelar. Outro tipo de crítica ao relatório em uma perspectiva de bairrismo cultural, ao invés de ignorar a família, defendia o grupo doméstico matrifocal como uma adaptação sadia às condições do gueto. Afirmava-se que a instabilidade conjugal, as uniões consensuais e arranjos matrifocais podiam ser positivas adaptações aos constrangimentos e dificuldades que a maioria dos negros (pobres) era obrigada a suportar.

³² Estudos neste campo mostravam o impacto desintegrador exercido sobre a família por um meio social perigoso, onde a luta pela sobrevivência criaria uma atmosfera de antagonismo crônico, e onde a amizade, o amor e o casamento só se sustentariam com grande dificuldade. Disto se concluía que a pobreza estaria impondo ao gueto um padrão de família matriarcal, extremamente instável que, perpetuando-se através de gerações, produziria, segundo este relatório e ideologia vigente, um complexo “emaranhado de patologias” (avaliação feita desde uma matriz funcionalista vigente da época), as quais deviam ser corrigidas com uma intervenção terapêutica a ser promovida pelo governo federal. Não se entendia o modelo matriarcal como uma forma diferente de ser, senão como um modelo incompleto do tido como padrão. Sobre esta temática e na mesma tônica de idéias veja também o trabalho de Parsons sobre o negro americano (Parsons 1993).

³³ De acordo com esta visão, a pobreza e o racismo, e não a família, é que determinavam a estrutura de vida no gueto. Tais interpretações ignoravam a mediação da família entre as condições sociais e a experiência individual. Aqueles que argumentavam que o estudo da família negra desviava a atenção da pobreza e do racismo não conseguiam perceber de que forma estas repercutiam em todas as esferas da vida, enraizando-se em padrões culturais e na personalidade, e perpetuando-se assim de geração a geração.

Segundo esta visão, os psiquiatras teriam criado um modelo sentimental (o modelo nuclear de classe média), que imputaria a todo o diferente e ‘desviante’ uma patologia, e, portanto, incapaz de perceber de que o ‘gueto’ nos EUA poderia ter uma própria cultura. E que esta poderia servir admiravelmente às suas necessidades. Assim, as separações, as uniões consensuais e os grupos domésticos chefiados por mulheres não representariam necessariamente disfunções a não ser no contexto dos valores ocidentais do olhar de classe média e de brancos³⁴.

Esta postura foi criticada, por um lado, de certo romantismo sobre a crua realidade da miséria e pobreza, idealizando este tipo de arranjo, exagerando a medida de sua vinculação a uma rica rede de relações de parentesco e ignorando a preferência dos próprios negros de formar famílias em que o pai ganhe dinheiro e a mãe cuide das crianças, em fim, pela sua perspectiva de destacar apenas um olhar positivador desta situação. De outro lado foi criticada por não se reconhecerem as especificidades atribuídas à cultura negra. Nesta direção Lasch objeta certa exageração da distância que se estabeleceu entre a cultura do gueto norte-americana e a americana de classe média, apontando para o fenômeno denominado de ‘momismo’ nas classes médias nos EUA de pós-guerra, e que também poderia ser visto como um processo similar e correspondente a este tido como específico do matriarcado negro.

Entretanto, e apesar das críticas, nesta postura favorável a ver nas formas de organização familiar de pobres negros um elemento da sua identidade e especificidade própria – caracterizada pela elevada instabilidade conjugal e centrada nas relações mãe-filhos – considero haver um paralelo importante com a tendência da defesa de uma especificidade na identidade brasileira, e em especial aquela que procura identificar o que

³⁴ Alguns trabalhos que analisam ou abordam de alguma forma a presença destes arranjos matrifocais ou chefiados por mulheres podem ser encontrados em Corrêa (1982), Hita (1996), Lasch (1991), Neupert (1988) e Woortmann (1987).

seja uma identidade específica às classes trabalhadoras analisada no apartado anterior. Se, como havíamos comentado, fica difícil tentar traçar ou falar da existência de um modelo hegemônico de família em classes trabalhadoras no Brasil (e qualquer lugar em geral) – pela diversidade de formas apresentadas e inclusive pelos distintos níveis de análise do campo das representações populares e do seu ritmo dinâmico de transformação – esta dificuldade vê-se acirrada ao incorporar nesta análise outros demarcadores como o de raça, gênero, idade, área geográfica, trajetória de vida, conduzindo-nos a uma tendência crescente de fragmentação que pareceria inviabilizar qualquer intento de falar-se em identidade compartilhada. E deste modo, complexificando e fazendo perder de vista o que possa haver de comum³⁵.

Por outro lado o conceito parsoniano de “masculinidade compulsiva” considera que se o pai não serve de exemplo ao filho (por ausência física ou falta de autoridade no mundo da casa), este se identificaria com sua mãe (ou melhor, que imitaria seu papel), desenvolvendo então uma masculinidade compulsiva como defesa contra a efeminação. Alguns críticos a esta perspectiva, em um suposto retorno à interpretação freudiana, procuram refutar essa explicação com uma interpretação ainda mais simples, segundo Lasch³⁶, do *joning* ou da *dozens* – a agressão verbal

³⁵ Sobre críticas a teorias de identidades por posturas pós-modernas e um retorno a um tipo de agenciamento diverso, mais flexível, fluído incorporando questões pós-modernas, considero encontrar interessantes pistas nos trabalhos de Niklas Luhmann e feministas como Haraway, Butler, Friedman, entre outros. Para uma análise detalhada destes pontos veja em Hita (1997b, 1998).

³⁶ Lasch (1991) relaciona teorias da “esquizofrenia” de Bateson, Lidz e Wyne à de “masculinidade compulsiva” de Parsons e teoria de “personalidade autoritária” de Adorno e Horkheimer; colocando em comum entre elas o fato de ser a família um possível criador de patologias antes que uma comunidade de ternura. Uns por excesso de ternura, outros por excesso de disciplina, ambos os tipos de estudos sugerem que os laços domésticos desgastaram-se até o limite de uma ruptura. Essas posturas mencionadas atacavam a glorificação da família enquanto

ritualizada na qual adolescentes do gueto nos EUA proclamariam ter mantido relações sexuais, em circunstâncias bizarras e imaginativas, com a mãe do adversário - no qual se insiste de que os meninos, mesmo sem pais, aprenderiam a masculinidade com homens na rua e a expressão “foder a mãe” os iniciaria na cultura do mundo adulto, negando desta forma e mediante esta rebelião, estarem-se identificando com a mãe como pressuporia Parsons.

A presença desse xingamento levantada pelos seus críticos, contestaria a inadequação da teoria parsoniana de socialização, entretanto parece não explicar porque, opina Lasch, a masculinidade do gueto depende tanto do intercurso sexual com a mãe, nem porque o termo *motherfucker* aparece tanto na linguagem deste meio, seja como elogio, seja como ofensa. O conceito de masculinidade compulsiva de Parsons que me parece bastante problemático (assim como as críticas que se erguem contra este conceito também o são por procurarem explicar o modelo matrifocal desde um olhar etnocêntrico e psicanalítico da família burguesa e nuclear) pelo menos mencionava esta questão, ainda que de forma tergiversada. Longe de significar uma declaração de independência em relação à mãe, comentará Lasch, o termo dirige contra a mãe uma agressão tipicamente experimentada pelas crianças, uma agressão associada à dependência e à raiva impotente. Este xingamento também incorporaria um reconhecimento, nada fantasioso em situação de extrema pobreza, de que a dependência é o destino comum e de que o “indivíduo não é suficientemente forte ou adulto” para alcançar seu objetivo de forma legítima. Esta macheza prematura, também presente em adoles-

comunidade terapêutica, como um lugar de companheirismo e lugar de “abrigo a um mundo sem coração” e combatiam a idéia de que a família como instituição (a burguesa) esteja corrompida pelo recolhimento de seus membros ao privatismo ou idéia antes mencionada do isolamento da família nuclear. Para Lasch não foi seu isolamento (nem autoritarismo), mas sua incapacidade de proteger seus membros contra perigos externos o que desgastou a família.

centes de classe media, esconderia na realidade uma dependência mais profunda relacionada à incapacidade de internalizar a autoridade dos pais.

Nesta direção Lasch recorda a distinção entre “culturas da vergonha” e “culturas da culpa” como crucial para situar e melhor compreender a cultura do gueto e o tipo de personalidade que ele tendeu a produzir. A vergonha – medo do ridículo e ostracismo – se originaria de um medo primitivo da privação do alimento, ao passo que a culpa temeria a perda de aprovação dos pais e de seu corolário, a auto-aprovação. A culpa surgiria quando o indivíduo tem a oportunidade de desenvolver (na fantasia senão na realidade) uma relação ordenada, previsível e amorosa com seus pais, e de ver neles pessoas capazes de viver segundo as normas que propõem. À falta de tal experiência, a dependência original com relação à mãe dominaria o desenvolvimento posterior. Há nesta concepção uma série de pressupostos sobre a relação mãe-filhos em modelos de famílias negras do gueto americano que precisariam ser desconstruídos, e que não farei neste momento. Mas o que interessou resgatar neste rápido percurso por alguns argumentos de teor mais psicológicos do que socio-antropológicos da questão (mesmo sem compartilhar estas explicações), foi a atenção dada à centralidade da relação mãe-filho (prisma da socialização parsoniana e de laços consangüíneos descendentes, em detrimento daquele da conjugalidade dos pré e pós-parsonianos) que são características centrais e distintivos em arranjos matrifocais. Numa aproximação a estas idéias, Simmel irá afirmar que independentemente de como se queira conceber as relações primitivas do casamento e não casamento, o que lhe parece incontestável é que o núcleo fixo em torno do qual a família cresceu não é a relação entre o homem e a mulher, mas aquela desenvolvida entre a mãe e o filho. Seria este o pólo estável na sequência de acontecimentos que assinala a vida conjugal, ou ainda a relação por toda parte idêntica, no essencial, enquanto a relação entre os

esposos é suscetível de mutações infinitas (Simmel 1993).

Conclusão

Procuramos enfrentar o problema de até onde incorporar, adaptar ou nos distanciar de certas matrizes teóricas (e em especial a parsoniana neste artigo) para procurar melhor explicar as especificidades da nossa realidade de estudo sobre outros modelos familiares do nordeste brasileiro onde a instabilidade conjugal tem presença considerável no curso de vida de amplos setores populares e onde a força dos laços consangüíneos parece predominar. Sem pretensão de esboçar uma clara resposta, procurei apresentar ao longo do artigo algumas pistas e fios condutores do que poderá vir a ser um argumento a desenvolver melhor posteriormente³⁷.

Neste sentido não conseguiria ver, para o caso brasileiro, como na perspectiva de Lasch para os EUA, uma insuficiente incorporação da autoridade dos pais por parte destas crianças pobres e negras, onde a autoridade e respeito aos pais são valorizados nas representações e valores destes grupos sociais e importantes demarcadores de sanidade mental (Rabelo et al. 1995), o que obviamente tomará um significado diferente em uma matriz hierarquizante, e não individualista, como a nossa. Por outro lado, concordaria com Woortmann ao ver neste tipo de arranjos mais matrifocais em setores baixos de Salvador, uma presença marcante e positivadora da autoridade da mulher na casa, frente a seus filhos e sua ampla rede de relações, independentemente das condições de subordinação e exposição à violência doméstica que muitas sofrem de parceiros e pais e de outros constrangimentos do seu contexto social. Entretanto,

³⁷ Desenvolvimento de alguns temas aqui tratados em Hita (2004).

não chegamos a concordar totalmente com aquela idéia algo exagerada sobre a perda de autoridade do homem em setor popular, como se ele fosse um ninguém no mundo da casa e da rua, um jogado fora. Talvez a autoridade masculina neste contexto e modelo analisado fica subordinada à da mãe (e não à da parceira ou mulher). Acreditamos que a relação de adscrição e de compromissos e obrigações deste homem estejam talvez mais voltadas para aquela mulher que é sua mãe do que a sua companheira e mãe de seus filhos – os quais passam a ser exclusivamente dela, simbolicamente falando, em situações de separação, ou como diria Simmel se referindo a alguns povos primitivos: “o filho pertence à mãe, e ao pai unicamente na medida em que a mãe lhe pertence” – onde a casa do homem, seria a da mãe e não aquela na que ele está, muitas vezes de passagem.

Neste trabalho não se pretendeu formular soluções prontas ao problema de como posicionar-se frente a matrizes teóricas de outras realidades sociais para entender a nossa. Nem para as várias tensões mencionadas entre representações e praticas; modelos hegemônicos e alternativos; tendências hierarquizantes e individualizantes; Identidades e diferenças, entre outras. Problematizá-las já é apontar um caminho e início de respostas, e apenas adiantaria que considero importante trabalhar com a tensão em si mesma, com a relação de ambas as partes da dicotomia em seus dois pólos e não um posicionamento em um ou outro dos lados da dicotomia, procurando diluir a polarização, mas não negando ou indiferenciando diferenças.

Bibliografia

- ALMEIDA, Heloísa B. 1997. *Parsons: família e papéis sexuais*. Unicamp. (mimeo)
- ANDERSON, Michael. 1984. *Elementos para a história da família ocidental, 1500-1914*. Lisboa: Querco.
- BADINTER, Elizabeth. 1986. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BERKNER, Lutz. 1972. "The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: An 18th Century Austrian Example". *American Historical Review*, 77(2):398-418.
- _____. 1975. "The Use and Misuse of Census Data for the Historical Analysis of Family Structure". *The Journal of Interdisciplinary History*, 5:721-738.
- BOTT, Elizabeth. 1976. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, London: Routledge.
- CORRÊA, Mariza. 1982. "Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)". In ALMEIDA, M. S. K. et al.: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, pp. 13-38. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1990. *Para uma história social da família no Brasil*. (mimeo)
- DA MATTA, Roberto. 1978. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1987. "A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira". In MENDES ALMEIDA, A. et al.: *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*, pp. 115-136. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- DUARTE, Luiz Fernando D. 1984. "Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras". *Anais do IV Encontro Nacional de População*, vol. 1. São Paulo: ABEP.
- _____. 1986. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Zahar.

- FONSECA, Claudia. 1995. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- FRIEDMAN, S. S. 1995. "Beyond White and Other: Relationality and Narratives of Race in Feminist Discourse". *Signs*, 21(1):1-49.
- GIDDENS, Anthony. 1992. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- GOULDNER, Alvin W. 1979. *La crisis de la sociología occidental*. Buenos Aires: Amorrortu.
- HARAWAY, Donna J. 1991. *Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinvención de la naturaleza*. Universidad de Valencia: Instituto de la Mujer; Madrid: Cátedra.
- HEILBORN, Maria Luiza. 1992. "Vida a dois: conjugalidade igualitária e identidade sexual". *Anais do VIII Encontro Nacional de População*. São Paulo: ABEP.
- HITA, Maria Gabriela. 1996. "Baianas vendedoras de acarajé: estudo de caso em trajetória de mulheres nervosas". Trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador.
- _____. 1997a. "Família e pobreza: modelo único hegemônico?" *Población y Cambio Social Revista Latinoamericana de Población*, 1(1). [disponível em <www.prolap.unam.mx> ; acesso em 06/06/1997]
- _____. 1997b. *Feminismo e ruptura de dicotomias em era cibernética: Identidades e diferenças na reinvenção de sujeitos*. Unicamp. (mimeo)
- _____. 1998a. "Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sujeitos". *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, 43:10-30.
- _____. 1998b. "Identidade feminina e nervoso: crises e trajetórias". In ALVES, P. C. & RABELO, M. C. (orgs.): *Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*, pp. 179-213. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fiocruz.
- _____. 2004. *As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.
- IZUQUIZA, I. 1990. *La sociedad sin hombres de Niklas Luhmann o la teoría como escándalo*. Barcelona: Anthropos.
- JELIN, E. 1994. "Las Familias en América Latina". In SALINAS, C. et al.: *Familias siglo XXI*, pp. 130-146. Santiago de Chile: ISIS Internacional.

- LASCH, Christopher. 1991. *Refugio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* São Paulo: Paz e Terra.
- LASLETT, Peter. 1984 [1972]. "Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental". In MARCÍLIO, M. L. (org.): *População e sociedade*, pp. 137-170. Petrópolis: Vozes.
- MENDES DE ALMEIDA, A. 1987. "Notas sobre a família no Brasil". In MENDES DE ALMEIDA, A. et al.: *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*, pp. 53-66. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- MESQUITA SAMARA, Eni de. 1987. "Tendências atuais da história da família no Brasil". In MENDES DE ALMEIDA, A. et al.: *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*, pp. 25-36. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- NEUPERT, Ricardo et al. 1988. "Os arranjos domiciliares das famílias matri-focais". *Anais do VI Encontro Nacional de População*, pp. 247-267. São Paulo: ABEP.
- PARSONS, Talcott et al. 1956. *Family: Socialization and Interaction Process*. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____. 1966. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira.
- _____. 1993 [1965]. "Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 8, 22:32-61.
- RABELO, M. C.; SOUZA, I.; ALVES, P. C. 1995. "The Many Meanings of Mental Illness among the Urban Poor in Brazil". In HARPHAN, T & BLUE, I. (eds.): *Urbanization and Mental Health in Developing Countries*. Aldershot, Nermont: Ashgate.
- ROCHER, Guy. 1976. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SARTI, Cynthia Anderson. 1996a. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: FAPESP/ Autores Associados.
- _____. 1996b. "A família como referência moral no mundo dos pobres: onde fica a lei?" Trabalho apresentado na XX Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador.
- SALEM, Tania. 1989. "O casal igualitário: princípios e impasses". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(3), 24-37.

- SEGALEN, Martine. 1981. *Sociologie de la famille*. Paris: Armand Colin.
- SIMMEL, Georg. 1993 [1895]. "Sobre a sociologia da família". In: *Filosofia do amor*, pp. 19-40. São Paulo: Martins Fontes.
- STRATHERN, Marilyn. 1986. *Gender of the Gift*. Berkeley: University of California Press.
- _____. 1995. "Necessidade de pais, necessidade de mães". *Estudos Feministas*, 3(2):303-329.
- _____. 1998. "Scale, Culture and the Imagination: An Anthropological Puzzle from Papua New Guinea". Trabalho apresentado na Unicamp. (mimeo)
- VAITSMAN, Jeni. 1994. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. 1995. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- VAN VELSEN, J. 1967. "A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado". In FELDMAN-BIANCO, Bela (org.): *Antropologia das sociedades contemporâneas*, pp. 345-375. São Paulo: Global.
- WOORTMANN, Klaas. 1984. *A família trabalhadora*. São Paulo: Cortez/ANPOCS.
- _____. 1987. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq.
- _____. 1990. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Vértice/ FCC.
- ZALUAR, Alba. 1982. "As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas". In ALMEIDA, M. S. K et al.: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*, pp. 161-184. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1985. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.

Recebido em outubro de 2005

Aprovado para publicação em dezembro de 2005